

O JORNAL *DESPERTAR*: vestígios da formação e do ensino no meio rural de Caxias do Sul/RS (1947-1954)

*Elisângela Cândido da Silva DEWES*¹

*José Edimar de SOUZA*²

Resumo

Este estudo analisa aspectos da formação e do ensino no meio rural de Caxias do Sul/RS, a partir da compreensão de representações publicadas no periódico *Despertar* – objeto e fonte desta pesquisa, editado pela Diretoria de Instrução Pública desse município, no período de 1947 a 1954. O estudo insere-se no campo da História da Educação e tem, como referencial teórico, a História Cultural. Como método de pesquisa, foi utilizada a análise documental e, como procedimento metodológico, a categorização de textos, iconografia e componentes gráficos, compilados entre as cinquenta e três edições do *Despertar*. Compõe, ainda, o conjunto dos documentos analisados uma entrevista, registrada no arquivo público municipal, com a professora Ester Troian Benvenuti – idealizadora do *Despertar*. Como resultado do estudo, é possível compreender que o periódico constituiu um importante apoio complementar para a formação dos professores, como uma espécie de guia com orientações para diferentes práticas voltadas às comunidades da área rural.

Palavras-chave: Ensino rural. Formação de professores. Jornal *Despertar*. Caxias do Sul.

¹ Mestre em Educação pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Integra o Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM).

E-mail: elisangela.silva@ucs.br

² Doutor em Educação pela Unisinos. Professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Pesquisa vinculada ao projeto de pesquisa financiado pelo CNPq - Edital Universal 01/2016. Modos de Organizar a Escola Primária no RS (1889-1950) - histórias, memórias e práticas educativas. Processo número: 405151.20160. Vice-líder do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM).

E-mail: jesouza1@ucs.br

THE *DESPERTAR* PERIODICAL: vestiges of the training and education in the rural area of Caixias do Sul/RS (1947-1954)

Elisângela Cândido da Silva DEWES
José Edimar de SOUZA

Abstract

Investigating press releases is a way of knowing and understanding how the development of educational processes was in different contexts. This study analyzes aspects of training and education in rural Caixias do Sul, starting from an understanding of the representations contained in the periodical *Despertar* - object and source of this research, produced by the Public Education Directorate of this municipality, from 1947 to 1954. This study is in the field of History of Education and has, as a theoretical reference, Cultural History. We used documentary analysis as a methodological framework and, as a methodological procedure, the categorization of texts, iconography, and graphical components contained in the fifty-three editions of *Despertar*. The documents we analyzed also comprise an interview with teacher Ester Troian Benvenuto - creator of *Despertar*, transcribed and identified in the municipal public archive. As a result of this study, we conclude that the journal was a crucial element for teacher training as a kind of guide with guidelines for different practices aimed at rural communities.

Keywords: Rural education. Teacher training. *Despertar* periodical. Caixias do Sul.

Considerações iniciais

Os jornais ou revistas produzidos por professores para outros docentes ou elaborados pelos alunos para os seus pares ou, ainda, criados pelo Estado ou outras instituições, possibilitam várias perspectivas em direção à compreensão da história da educação e do ensino; da análise desses meios é possível avaliar políticas, ideias, antagonismos e, ainda, práticas educativas e escolares (BASTOS, 2007). Nesse sentido, investigar a imprensa é uma forma de conhecer e compreender como, em distintos contextos, foram desenvolvidos os processos em torno da educação. Este estudo analisa aspectos da formação e do ensino no meio rural de Caxias do Sul/RS, a partir da compreensão acerca de representações publicadas no periódico *Despertar* – objeto e fonte desta pesquisa, editado pela Diretoria de Instrução Pública desse município, no período de 1947 a 1954.

O estudo desenvolve-se no campo da História da Educação e tem, como referencial teórico, a História Cultural. A pesquisa que se apoia na História Cultural é um caminho que permite reflexões sobre diferentes aspectos da vida dos sujeitos. Tendo como pressuposto que a “história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1988, p. 17).

Para Chartier (1988), os textos revelam possibilidades semânticas que operam sobre a experiência, construindo representações aceitas ou impostas por um mundo social. Nesse sentido, no contexto abordado pela pesquisa, alunos e professores atuavam como agentes motivadores para os demais sujeitos que viviam na área rural, inspirando-os na construção de significados para as representações expressas no periódico *Despertar*.

Como método de pesquisa, foi utilizada a análise documental e, como procedimento metodológico, a categorização de textos, iconografia e componentes gráficos, compilados entre as cinquenta e três edições do *Despertar*. Compõem, ainda, a relação dos documentos analisados: aspectos da legislação sobre o ensino; a análise documental de uma entrevista, identificada nos registros do arquivo público municipal, com a professora Ester Troian Benvenuti – idealizadora do *Despertar*.

Em relação aos procedimentos metodológicos adotados, a pesquisa procedeu à análise de 53 exemplares do referido periódico, considerando-se os diferentes componentes que integravam as suas edições, tais como: imagens; textos; diagramação; e identidade visual. Além disso, cotejou-se o objeto/fonte – o jornal *Despertar* – com outras fontes documentais, observando-se recorrências e outros indícios que permitissem a reflexão sobre os diversos aspectos da vida dos sujeitos que viviam na área rural.

A investigação sobre os usos da imprensa para a educação e o ensino, proposta neste estudo, possibilita entender como “aparatos de comunicação” propagaram mensagens e representações, inspirando a promoção de diferentes práticas entre os habitantes das áreas rurais. Este estudo, além de procurar conhecer os modos de ser professor e como o ensino

acontecia no meio rural, ainda avança no sentido de trazer evidências de como os seus agentes – professores e alunos – contribuíam para a interpretação das mensagens contidas no periódico. Tendo em vista que:

[...] entre o mundo do texto e o mundo do sujeito, coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova forma de compreensão de si próprio e do mundo (CHARTIER, 1990, p. 26).

A apropriação, neste sentido, está relacionada ao modo como os indivíduos percebiam as representações, por meio dos textos do *Despertar*, e produziam os seus sentidos a partir das práticas desenvolvidas no espaço rural. Neste contexto, o periódico mostra-se como um importante meio para o fortalecimento de representações entre os seus leitores, dando significação às práticas, além de disponibilizar orientações para a mudança de comportamentos.

A imprensa educacional foi usada como um meio estratégico para a multiplicação de orientações práticas e para a disseminação de modelos preconizados pelas legislações de época e organizados por programas para o ensino público que governos, nacionais e regionais, intencionavam propagar no âmbito das escolas. Nessa perspectiva, esta pesquisa aborda representações, veiculadas no periódico, que tinham por premissa incentivar a formação e divulgar os meios para ser professor, bem como orientar e divulgar, para os habitantes da área rural, práticas mobilizadas pelo ensino.

Contribuições do Jornal *Despertar*: pistas da atuação do professor nas áreas rurais

O *Despertar* foi uma publicação da imprensa educacional na cidade de Caxias do Sul, situada na região serrana do estado do Rio Grande do Sul, destinado à população da área rural. O jornal, distribuído e produzido pela Diretoria de Instrução Pública do município de Caxias do Sul, circulou de forma gratuita pela área rural, no período de 1947 a 1954, atingindo uma tiragem de cerca de 1.200 exemplares por edição, quando havia cerca de 20 mil habitantes na área rural. Os seus produtores desenvolviam uma série de temas, com os quais pretendiam atender o que julgavam ser as expectativas dos habitantes das áreas rurais e, também, objetivavam cooperar para a divulgação de práticas de ensino prescritas pelo órgão público para essa comunidade.

A análise do *Despertar* possibilitou reflexões em torno da atuação e da formação do professor, mais especificamente, sobre a docência junto às comunidades rurais. Nesse sentido, os vestígios do contexto dessa profissão exercida nas localidades do município e das expectativas do poder público em relação às práticas docentes possibilitam a compreensão das estratégias usadas, por meio do periódico, para a disseminação de orientações e, posteriormente, para a apreensão dos modelos propostos para os integrantes da rede pública de ensino. Assim, o estudo contribui para o entendimento de

como os professores eram qualificados para a sua atribuição, na comunidade rural, bem como das competências que esses profissionais podiam desenvolver com o apoio do governo municipal.

A análise do periódico fez supor, também, que o *Despertar* não trouxe somente evidências sobre os aspectos que envolviam a formação dos professores das áreas rurais, mas questionamentos sobre o papel do periódico como ferramenta mobilizadora de práticas entre os docentes. Elaborando os cenários para os usos dados pelos docentes ao *Despertar*, observa-se a busca de uma adequação ao desenvolvimento de suas competências. E o *Despertar* cooperava, pois apresentava as orientações e os modelos de tal modo que contribuía com o trabalho dos docentes, seja para a compreensão e apreensão das mensagens com teor prescritivo; seja promovendo um sentimento de valorização das pessoas que viviam na área rural, o que colaborava para que esses sujeitos aderissem ao proposto no periódico. A presteza que o docente necessitava desenvolver em suas atribuições nas áreas rurais era, também, preconizada pelo poder público de ensino:

Não bastam as boas técnicas pedagógicas a quem está investido de responsabilidades educativas nas zonas rurais. Para ser de fato eficiente na sua missão, deve o professor rural conhecer os problemas específicos da região em que exerce magistério, abrangendo agricultura, higiene, economia, alimentação, pequenas indústrias domésticas (DESPERTAR, 1951a, p. 2).

O professor rural, a julgar pelo trecho citado, era guiado para uma atuação que se inserisse nas rotinas da vida rural, contribuindo com soluções para melhorar a condição das pessoas dessas localidades. Tais orientações, possivelmente, agiam no sentido de lapidar sentimentos e atitudes já preexistentes em alguns docentes, pelas experiências de vida na área rural; dando a aprovação do poder público para uma atuação diferente e, também, para os casos, presumíveis, de pouca habilidade pedagógica, incentivando e orientando o planejamento de atividades que compreendiam os aspectos da vida rural.

A atuação dos professores na aproximação com a realidade das pessoas que viviam na área rural, considerando as peculiaridades desse espaço, concedia-lhes o respeito e a confiança da comunidade, ambos importantes para que colocassem em prática as orientações dos órgãos oficiais de ensino, o que cooperava para aproximar o homem rural de um perfil de cidadão preconizado. É nesse sentido o depoimento da professora Ester Troian Benvenuti, que recorda a relação de proximidade entre docentes e comunidades rurais:

E, até me ocorre aqui contar um episódio, além do muito que eu poderia falar sobre esta benemérita maestra. Quando a mulher conquistou o direito do voto, lá se foi a maestra esclarecer as mulheres do vilarejo, que todas deveriam participar, fazendo-se eleitoras. E, um dia eu ouvi um alarido na frente da sua casa. Lá estavam mais de 40 mulheres, perguntando o que estava ocorrendo, elas responderam em coro: "Nós todas queremos votar na senhora e por isso resolvemos vir até a sua presença, pois hoje nós queremos votar e nós vamos fazer aquele documento que a senhora disse". Isso eu conto, porque prova a ascendência que o mestre exercia junto a comunidade (BENVENUTTI, 1983, p. 10).

O exercício da docência na área rural foi pontual para a constituição de um indivíduo, ao mesmo tempo, moldado para atender padrões de conduta de uma sociedade urbanizada, mas firme à frente das atividades agrícolas. Nesse sentido, os docentes tinham uma atuação que encorajava as pessoas das áreas rurais a olharem para as suas vidas sobre outras perspectivas, pois a proximidade com a realidade vivida por aquelas pessoas possibilitava-lhes a confiança para o exercício do seu trabalho. A representação construída sobre a imagem de professor, atrelada à promessa da aquisição de conhecimentos na relação com alguém mais instruído, por isso, mais sábio, concedia-lhes o respeito das pessoas da área rural.

Em relação às reflexões sobre uma formação específica dos professores para a área rural, destaca-se a influência intensa, a partir da década de 1930, do ruralismo pedagógico. Nesse sentido, um dos defensores de uma formação diferente, que respeitasse as características de cada espaço, foi Sud Mennucci (1934), para quem era importante criar diferenciações quanto ao alcance e à orientação, a fim de que se formassem três mentalidades diferentes, que apresentassem as características de cada um dos espaços – campo, cidade e mar. Para ele, a escola rural normal fracassaria se fosse instituída, no campo, com o mesmo formato que na cidade, pois o professor, sem conhecimentos específicos do espaço que ocuparia, se transformaria em um mero aprendiz. Em sua proposta de Escola Normal Rural, Mennucci falava de uma organização que deveria envolver o campo pedagógico, o higiênico e o agrícola; com os professores atuando como uma espécie de orientadores de conhecimentos técnicos, ajudando a população rural na dissolução de diferentes problemas.

A criação de um currículo que atendesse aos conhecimentos necessários para a constituição de um professor que respondesse com eficácia às demandas dos moradores das áreas rurais foi abordada, também, na obra de Lex (1973), que propôs a criação de cursos com conhecimentos rurais, que compreendiam assuntos tais como:

- a- Higiene Rural: alimentação; cuidados corporais; higiene doméstica; combate às moléstias;
- b- Sociologia Rural: que estudaria os principais problemas criados pela vida social do campo, a fim de que os professores pudessem interpretá-los e cooperar na sua solução;
- c- Educação Rural: [...] jogos e todos os ensinamentos através de centros de interesse rurais;
- d- Atividades Rurais: visando a estimular nos mestres a simpatia pelo campo [...] para que depois eles a transmitissem aos alunos (LEX, 1973, p. 250).

Essa formação específica defendida por esses estudiosos foi amplamente tratada na segunda metade do século XX, quando o movimento do ruralismo pedagógico ganhou evidência. Segundo Bezerra Neto (2016), esse movimento objetivava a fixação do sujeito no campo, com a ajuda da pedagogia. A proposta foi desenvolvida em meio a uma reorganização do Estado Brasileiro, na Era Vargas, e a um movimento da Ação Integralista, marcado pelo nacionalismo, no início da década de 30. Para os pedagogos ruralistas, “[...] havia a necessidade da criação de um currículo que produzisse respostas às necessidades do

sujeito que vivia no meio rural, com conhecimentos, tais como: agricultura, pecuária e outros relacionados ao cotidiano daquelas pessoas” (BEZERRA NETO, 2016, p.15-18).

Os aspectos que envolviam conhecimentos específicos para os professores que atuavam na área rural foram evidenciados no *Despertar*. O excerto, a seguir, exemplifica o que o órgão de ensino caxiense preconizava para a educação na área rural:

Ensinar a alimentar-se corretamente, a cultivar uma horta, a criar galinhas e abelhas, a defender-se contra endemias e tantas outras noções indispensáveis à vida exige não só conteúdo pedagógico, mas igual dose de conhecimentos técnicos, tão necessários quanto aquele e de valor equivalente na habilitação profissional do mestre. Isto porque, professor rural qualificado é aquele que tem domínio sobre a natureza, os problemas da saúde e da produção, e tudo, enfim, quanto interesse à região. Conhecer a terra é, assim, condição precípua para que possa o professor colaborar, como lhe cabe, na melhoria das condições de vida na comunidade, tornando-a mais agradável sob os pontos de vista da sociabilidade, da economia, da estética, da saúde, da cultura geral (DESPERTAR, 1951a, p. 2).

Além de o conteúdo do *Despertar* indicar que havia a preocupação do poder público com o desenvolvimento de assuntos relativos à vida rural, evidencia-se, também, a partir da leitura das colunas do periódico, que havia um interesse do órgão de ensino com a formação e a qualificação para a atuação nessa região. A qualificação desejada e a disseminação de conhecimentos a respeito do “universo rural” seriam empreendidas a partir do planejamento e criação de espaços específicos para isso:

Após minucioso estudo das obras e trabalhos de caráter inadiável a serem empreendidos no exercício vindouro, no setor educacional, a Diretoria da Instrução elaborou e já apresentou ao Sr. Prefeito Municipal o planejamento de atividades e respectivos orçamentos. Entre outros melhoramentos torna a Diretoria da Instrução a insistir na criação de uma Escola Rural que, além do ensino primário, ministrará conhecimentos práticos de agricultura. Trata, ainda, da fundação de um maior número de Clubes Agrícolas [...] (DESPERTAR, 1950a, p. 16).

Essa preocupação expressa nas páginas do periódico, no ano de 1950, corrobora as reflexões de Chaloba (2017), que declara ter havido uma ampliação das iniciativas para a criação de instituições que atuassem na formação de professores rurais, no período de 1930 a 1970. Essas iniciativas eram impulsionadas pelo gradativo êxodo das pessoas do campo, decorrendo disso a propagação dos pensamentos ruralistas e as políticas do governo federal, que objetivavam conter a migração das pessoas das zonas rurais – entre elas, as políticas nacionais para a educação rural. Em 1952, surgiu a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), que promovia ações para impulsionar o ensino na área rural, como a capacitação de professores, visando a atuação nessas áreas. Nesse sentido, os cursos normais regionais eram orientados pelas diretrizes da Lei Orgânica do Ensino Agrícola (BRASÍLIA, 1946b) que, de acordo com Ferreira (2017), atendia à recomendação da UNESCO – *The Organization Of Rural Education*, de 1936, propondo atividades, tais como: clubes agrícolas, clubes de leitura, exibição de filmes, entre outras (FERREIRA, 2017, p. 1868). Essas atividades – clubes agrícolas, oferecimento de biblioteca para os professores e a projeção de filmes – foram evidenciadas nas colunas do periódico *Despertar*.

Na década de 40, na região de Caxias, identificou-se um esforço com o oferecimento de cursos para a formação de professores que atendessem às exigências da atuação na área rural, com o auxílio da congregação dos padres Josefinos de Murialdo. Segundo Werle (2005), a Escola São José do Murialdo, de Caxias do Sul, atuava na formação do professor para a área rural. O curso do Colégio Murialdo – que pode ser visto na Figura 1, a seguir, em foto publicada no jornal *Pioneiro*, em 1966 – tinha o objetivo de formar professores do antigo primário (1ª a 5ª séries), que perdurou de 1942 a 1968, oferecendo disciplinas obrigatórias e incluindo matérias como didática, psicologia e práticas agropecuárias.

Figura 1 – Alunos, professores e funcionários da Escola São José dos padres Josefinos de Murialdo



Fonte: *Jornal Pioneiro* (2018).

A formação dos professores, em Caxias do Sul, passou a ocupar, com maior frequência, espaços no *Despertar*, a partir das edições da década de 1950. Nesse período, há recorrência de chamadas publicadas para provas e cursos de formação, por exemplo: “Funcionará em 1950, gratuitamente, um Curso de Férias, para as professoras nomeadas interinamente e para candidatas ao magistério municipal, sob a direta orientação da Diretoria da Instrução Pública [...]” (DESPERTAR, 1949, p. 7). Eram notícias que se repetiam anualmente: “Funcionou no decorrer do mês de janeiro, na sala da Biblioteca Pública, desta cidade, o curso de Férias para professoras e candidatas ao magistério. As aulas que estiveram concorridíssimas foram ministradas pelas professoras [...]”

(DESPERTAR, 1951b, p. 7). Outras notas, ainda, indicam a formação específica para o docente da área rural:

Causou geral contentamento entre o magistério municipal a aprovação obtida pela educacionista Leda Dal Prá, no exame de habilitação ao Curso Intensivo de Formação de Professores Rurais, realizado recentemente na Secretaria de Educação e Cultura, em Porto Alegre. A referida professora encontra-se em Viamão em prosseguimento ao Curso Intensivo de aprendizagem agrícola (DESPERTAR, 1951b, p. 7).

A partir desse excerto e da foto do Colégio Murialdo, é possível inferir que, apesar de a cidade oferecer cursos para a formação de professores rurais, as mulheres ainda procuravam essa formação fora de Caxias. A formação oferecida na congregação dos padres Josefinos de Murialdo era apenas para os homens que se ingressavam no seminário. Essa questão da restrição às mulheres e da forçosa procura por formação específica fora da cidade é evidenciada, novamente, no *Despertar*: “Acabam de ser nomeadas para o Magistério Rural Estadual, as professoras municipais Adélia Dal Pont e Laura Grillo que concluíram o curso intensivo rural na cidade de Osório [...]” (DESPERTAR, 1953b, p. 8).

Outra forma de preparar o/a professor/a para o meio rural era a aplicação de exames de suficiência. A Diretoria de Instrução Pública oferecia os exames como estratégia para promover a adequação do quadro de professores municipais dentro de um modelo desejado pelo órgão. “[...] Todos os componentes do magistério, que contarem menos de dez anos de serviço, estão sujeitos a uma prova de suficiência, em época previamente fixada” (DESPERTAR, 1948a, p. 9). Situação que restringia a progressão profissional aos mais bem preparados: “Teve lugar em fevereiro último, na Biblioteca Pública Municipal, os exames de suficiência ao Magistério Municipal. Compareceram mais de quarenta candidatas, e o resultado das provas acusou baixo índice de aprovação” (DESPERTAR, 1953b, p. 9). Dessa forma, é provável que os professores que pretendessem seguir a carreira de docentes, no município, tivessem que procurar cursos para essa adequação em sua formação.

Essas observações são feitas, a partir da análise da coluna “Noticiário”, do *Despertar*, e da leitura do Relatório de Administração Municipal que, ao término do período de gestão, enfatiza as ações adotadas para a qualidade do ensino: “[...] Precisamos zelar também pela qualidade e rendimento da escola. Assim sendo, registramos uma etapa de intensa atividade no magistério, objetivando aprimorar o ensino e aumentar-lhe o rendimento, através de diretrizes técnicas e didáticas” (CAXIAS DO SUL, 1952-1954, p. 14).

Nas estatísticas divulgadas pela Prefeitura, por meio do *Despertar*, os índices de reprovação são expressivamente maiores do que os de aprovação: “Aos exames de suficiência inscreveram-se trinta e cinco candidatas ao Magistério Municipal. O resultado das provas acusou o seguinte: Aprovadas - 8. Reprovadas - 27” (DESPERTAR, 1951b, p. 7). O índice de reprovação pode estar relacionado à questão da restrição da formação das

professoras, na cidade, e às dificuldades de acesso aos cursos, possivelmente, pela distância entre os espaços onde se estabeleciam as docentes e os locais onde se situavam as escolas de formação.

A atuação docente acontecia muito cedo em grande parte das comunidades rurais. Sem uma preparação para o exercício da profissão, a docência orientava-se, como recorda a professora Ester Troian Benvenuti, pela intuição, pelas experiências dos ensinamentos recebidos na escola e, ainda, pela influência das congregações religiosas:

[...] E assim eu com treze anos incompletos, eu fui lá para alfabetizar em Santo Anselmo. [...] Alunos, em sua maioria, eram todos mais velhos do que eu, e muitos até adultos. Era inspetor escolar na época o senhor Santos Ceroni, que me aconselhou reunir os pais para arrumar os bancos, o quadro negro e que me virasse com a escola. [...] E, nesse período, lembro o apoio e a orientação que recebi dos padres Josefinos, que recém tinham chegado à Ana Rech, e das Irmãs do Colégio Nossa Senhora do Pompéia. Após muitos sonhos e muitas lutas, consegui completar o curso na Escola Complementar [...]. E a seguir ingressei no magistério do Estado, em 1942, nomeada que fui pelo Secretário da Educação e Cultura da época, doutor José Coelho de Souza. [...] Bem, quando eu resolvi estudar, que abriu aqui a escola, ah, Complementar, eu disse, eu vou me formar. Ah, muitas pessoas ficaram assim, horrorizadas. Diziam: "Ah, tu não precisas estudar, tu já sabes, tu já és professora, tu já estás ensinando mais do que isso não precisa. [...] Então, eu vim e fiz o exame de admissão aqui. Fui aprovada e entrei na Escola Elementar e consegui dois anos de frequência livre. Só vinha prestar exames [...]. Mas o terceiro ano, aí então a diretora Rosalba Hipólito, ela me chamou e disse: "Olha, minha filha, o terceiro ano, pra você se formar, tem que frequentar as aulas, porque tem que receber uma orientação mais técnica, pedagógica e tal". Então, fui falar com o prefeito, né? [...] E ele então falou com a dona Rosalba Hipólito, perguntando se eu era um elemento aproveitável no magistério [...] Ela diz: "Ela frequentou o primeiro e segundo tem tirado notas boas!" Então, um dia ele apareceu lá na escola, na minha escola e tive a sorte, digo eu tive a sorte, que recém nós tínhamos inaugurado um prédio que os colonos construíram, um prédio novo pra a escola [...] (BENVENUTTI, 1983, p. 10).

De acordo com Luchese e Grazziotin (2015), os imigrantes italianos selecionavam, entre as famílias da comunidade, as mulheres com mais conhecimentos para, ainda na adolescência, assumirem o cargo de professora. Uma profissão que era reconhecida para as mulheres como um caminho diferente do trabalho agrícola. Segundo as pesquisadoras, essas nomeações não obedeciam a critérios previamente estabelecidos. No início do século XX, muitas professoras eram indicadas pelas famílias, porém o intendente ou inspetores escolares realizavam uma espécie de entrevista, o que é corroborado pelo depoimento da professora Ester Troian Benvenuti. No entanto, com as políticas nacionais e gaúchas de educação, na década de 30, houve uma discussão sobre a formação dos professores, porque muitos deles eram leigos e reproduziam, na prática, as experiências escolares. Dessa forma, “[...] cursos e encontros formativos-pedagógicos eram oferecidos no período de férias, aos professores” (LUCHESE; GRAZZIOTIN, 2015, p. 349).

A professora Ester rememora, também, o tempo em que foi Diretora de Instrução Pública e como, ao longo dos anos, desde a sua iniciação como professora até a sua atuação

na Diretoria, houve uma crescente fiscalização por parte da administração, com uma cobrança mais rígida nos exames de admissão. Ela explica que, à época em que se submeteu aos testes para lecionar, as questões neles propostas demandavam a escrita de uma carta, um ditado, a resolução de um problema que continha as quatro operações e questionamentos feitos a partir de um livreto de Moral e Cívica. Já como orientadora, ela seguia as disposições do Centro de Pesquisas e Orientação Educacional da Secretaria de Educação e, depois disso, “as professoras começaram a ter um programa para fazer concursos, tornando-se mais eficientes” (BENVENUTTI, 1983, p. 10).

No decreto nacional nº 8.529, de janeiro de 1946 – Lei Orgânica do Ensino Primário (BRASÍLIA, 1946a), é possível observar, no capítulo 5, que há uma definição de critérios para a admissão de docentes, inclusive no que toca ao aperfeiçoamento técnico; no entanto, não há referência à formação específica para os professores da área rural:

Art. 34. O magistério primário só pode ser exercido por brasileiros, maiores de dezoito anos, em boas condições de saúde física e mental, e que hajam recebido preparação conveniente, em cursos apropriados, ou prestado exame de habilitação, na forma da lei.

Art. 35. Os poderes públicos providenciarão no sentido de obterem contínuo aperfeiçoamento técnico do professorado das suas escolas primárias (BRASÍLIA, 1946a, s/ p.).

Ainda no que se refere à legislação, é possível observar, mais pontualmente, no Regulamento da Diretoria de Instrução Pública Municipal, de 1951, que há referência a um ensino que considera a integração ao meio social, “dando ao educando uma visão real do meio em que vive e cresce” e possibilitando conhecer o “alto sentido da vida rural” (CAXIAS DO SUL, 1951, p. 1). Mas sobre a formação dos professores rurais, especificamente, não há referência direta, porém existe a orientação para que se incluíssem conhecimentos específicos sobre agricultura no programa dos concursos de títulos e provas, como já havia sido mencionado pela professora Ester Troian Benvenuti:

Art. 22º - Serão admitidos ao concurso todos os candidatos que requererem inscrição, juntando os seguintes documentos: a) Prova de que o candidato tem mais de 18 anos e menos de 40 anos de idade. b) Prova de estar quite com o serviço militar, quando à – êle obrigado. c) Atestado de saúde passado pelo Posto de Higiene.

Parágrafo Único - O programa, que constará de Português, Matemática, Estudos Sociais e Naturais, Pedagogia, Economia Doméstica, Puericultura, Agricultura, Desenho e Artes Aplicadas, Música e Educação Física, será fornecido anualmente pela Diretoria da Instrução Pública Municipal (CAXIAS DO SUL, 1951, p. 6).

As questões do cotidiano da vida rural não eram as mais difíceis de serem desenvolvidas pelos professores que atuavam nessas localidades, por sua própria experiência, pelo histórico familiar e pela proximidade com a cultura ali desenvolvida. Luchese (2007) fala do professor como um representante dos grupos que viviam no interior. Ele exercia um papel de destaque em muitas questões, entre as quais as relativas à religião, a reivindicações e à organização daquela comunidade, como “porta-vozes mediante as autoridades locais das reivindicações e necessidades da comunidade” (LUCHESE, 2007, p. 204). Pode-se supor que essa presença atuante ajudava a construir a representação do

professor junto às comunidades rurais. Essa representação de “porta-voz” da comunidade – que lhe conferia a responsabilidade de atuar como um mediador entre o poder público e as pessoas das localidades rurais – era algo que não estava descrito em leis. Era uma competência adquirida, muito mais, na convivência diária, do que aprendida em uma formação específica – o que também se evidencia no *Despertar*.

Notícias de participações dos professores em protocolos de eventos que reuniam pais, alunos, comunidade e autoridades municipais e estaduais publicadas pelo jornal exemplificam essa posição de representantes das comunidades:

“Foi solenemente fundado, no mês findo, um Clube Agrícola na Escola ‘Rui Barbosa’ [...] O ‘DESPERTAR’ cumprimenta a regente da Escola Srta. Natalina Bovo, pela sua dedicação e pela maneira brilhante com que organizou o programa dos festejos.” (DESPERTAR, 1950a, p. 16); “Inaugurou-se no dia 12 de julho pela manhã, em Vila Sêca, o novo prédio da Escola Municipal Antônio Pereira Soares [...] Agradecendo a presença do Sr. Prefeito [...] fez uso da palavra a professora da Escola Sra. Anathália Marchesi.” (DESPERTAR, 1952b, p. 14-15); “A primeira escola inaugurada foi a D. José Baréa, da zona Vanassi. [...] Na Escola ‘Aloísio de Azevedo’ falaram o Prefeito e a Prof. Laura Grillo.” (DESPERTAR, 1952b, p. 15-16); “Teve lugar no dia 25 do mês de julho a solene inauguração do prédio para a Escola “Santo Baldasso [...] Dando início a solenidade, foi cantado o Hino Nacional e a professora regente Srta. Alda Isotton saudou o Sr. Prefeito Municipal” (DESPERTAR, 1954a, p. 12).

Nesse sentido, o professor cumpria um papel importante, que resultava em angariar a confiança e a simpatia das pessoas das localidades rurais para com a figura do docente e, assim, a administração pública podia obter uma maior abertura para a promoção de transformações significativas nas práticas desenvolvidas nesses espaços.

Outro ponto evidenciado na análise das notícias do *Despertar* é a indicação de uma possível participação dos professores, cooperando com os alunos, na produção das matérias enviadas à redação do periódico para a coluna “Colaboração e Boa Vontade”. Pela correção na escrita dos textos dessa coluna, pelo nível de instrução dos alunos e por uma presumível dificuldade de se ter um suporte em casa para a escrita em português – em virtude do provável uso do dialeto italiano pelas famílias das áreas rurais – cabe supor que havia a interferência dos professores na produção das mensagens, com o consentimento e/ou possível pedido de auxílio da parte das crianças autoras, dada a confiança depositada no docente. Considerando que, em algumas séries mais avançadas, os alunos praticassem uma escrita mais habilidosa, ainda assim, percebe-se que a estrutura dos textos e as expressões utilizadas apontam para uma cooperação dos docentes, como exemplificado neste excerto:

Grupo Escolar Municipal “José Bonifácio”, 27 de agosto de 1952. Prezada Orientadora. Tenho o grato prazer de vir agradecer-lhe pela remessa do jornalzinho o *Despertar*. Sinto-me muito feliz com êsse jornal, porque espanta as trevas da ignorância. Gosto muito das páginas “Colaboração e Boa Vontade e Para Você Criança”. Quero que a senhora continue sempre a nos oferecer esse útil jornal, que

venha sempre mais bonito e instrutivo. Fico com o coração repleto de alegria em pegar esse jornalzinho na mão e também meus pais depois do jantar, gostam muito de ouvir essas coisas úteis que contem. Peço que o dia dos exames seja a senhora que venha visitar a nossa escola. Para finalizar aceite um forte abraço da aluna 4º ano, Cecília Baldo (DESPERTAR, 1952a, p. 4).

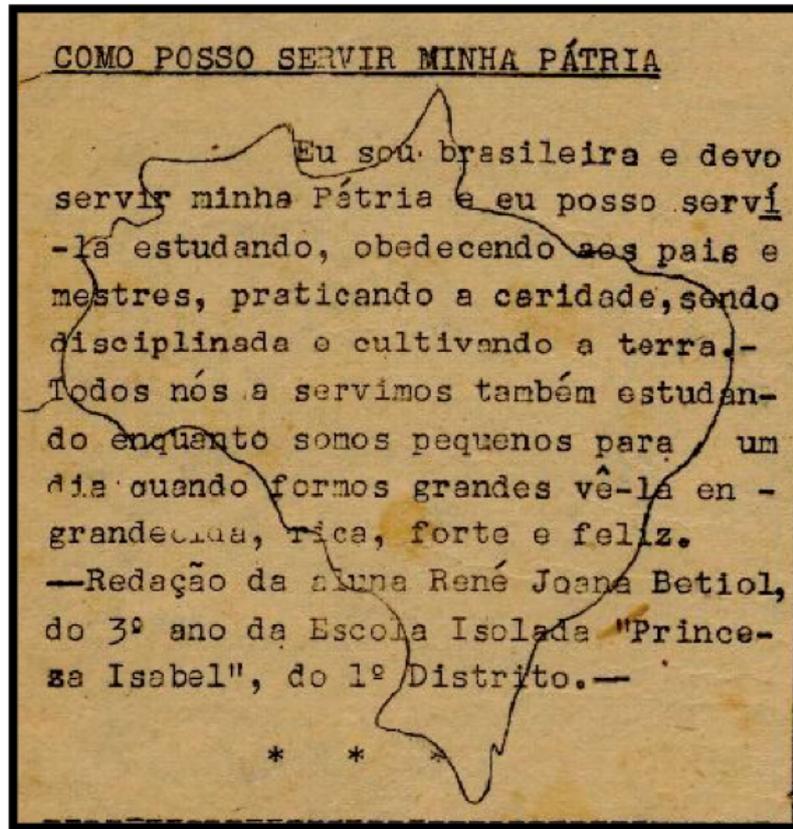
Em relação à dificuldade com a língua portuguesa e à atuação do professor promovendo a educação das crianças das áreas rurais, a professora Ester relata: “Se era uma família que só falava o italiano, a alfabetização se tornava mais difícil. [...] Falava o dialeto italiano, sem dúvida nenhuma [...] eu entendia eles todos” (BENVENUTTI, 1983, p. 10). Nesse sentido, acredita-se que o professor exercia sua interferência sobre a escrita enviada ao periódico, também, por um suposto interesse de sua parte, já que essas contribuições evidenciavam, para o poder público, para outros docentes e para as comunidades rurais, as suas habilidades e competências no exercício da docência. Outro indício da participação docente nos textos publicados é o conteúdo das colaborações, que reproduzem conhecimentos contidos nas diretrizes do ensino rural ou conteúdos que apareceram em outras colunas do *Despertar*:

Figura 2 – Coluna Higiene do *Despertar* (1947)



Fonte: Jornal *Despertar* (1947).

Figura 3 – Coluna Colaboração e Bôa Vontade (1948)



Fonte: Jornal Despertar (1948b).

Essa reprodução, na coluna “Colaboração e Bôa Vontade”, de conhecimentos divulgados em outras colunas aponta para um possível sucesso da Diretoria de Instrução Pública, por intermédio dos professores, em relação à apropriação, pelos alunos, dos temas tratados. De acordo com Chartier (1991), a apropriação está relacionada ao modo como o indivíduo percebe as representações e como constrói-lhes o sentido:

[...] a apropriação visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Assim, voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido (na relação de leitura, mas em tantos outros também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as idéias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas (CHARTIER, 1991, p.180).

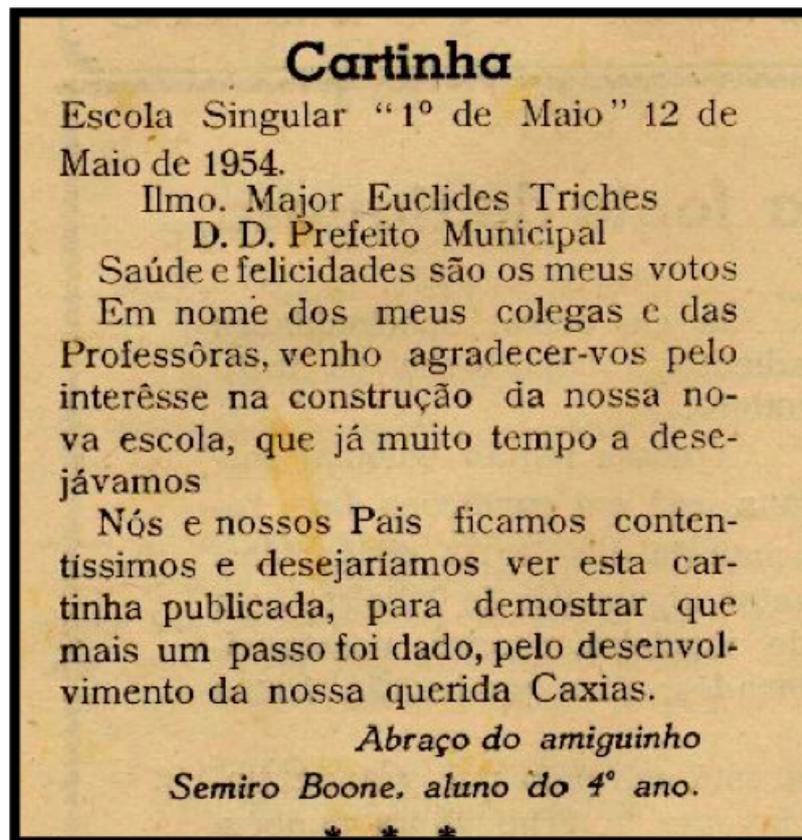
Nesse contexto, a repetição das orientações em diferentes colunas traz evidências de uma possível apropriação das práticas que se pretendia disseminar por meio do periódico, como nos excertos a seguir: “De manhã bem cedo salto da cama, rezo a oração da manhã, lavo o rosto e escovo os dentes [...]” (DESPERTAR, 1953a, p. 4); “Um menino que sabe cuidar de seu corpo, deve: tomar banho diariamente ou ao menos duas vezes por

semana [...] escovar os dentes, pelo menos pela manhã e à noite.” (DESPERTAR, 1952b, p. 12); e [...] Êste cantinho quer ajuda-lo a rezar com alegria. Não é difícil. Só é necessário fazer um esforço e acostumar-se pouco a pouco; então tudo será mais fácil. Oração da manhã. Quando acordar, meu filho, você deve pensar logo em Jesus [...]” (DESPERTAR, 1948a, p. 8). São exemplos que se refletem nas concepções de Chartier (1990) relativas às apropriações:

No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito, coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo (CHARTIER, 1990, p. 26).

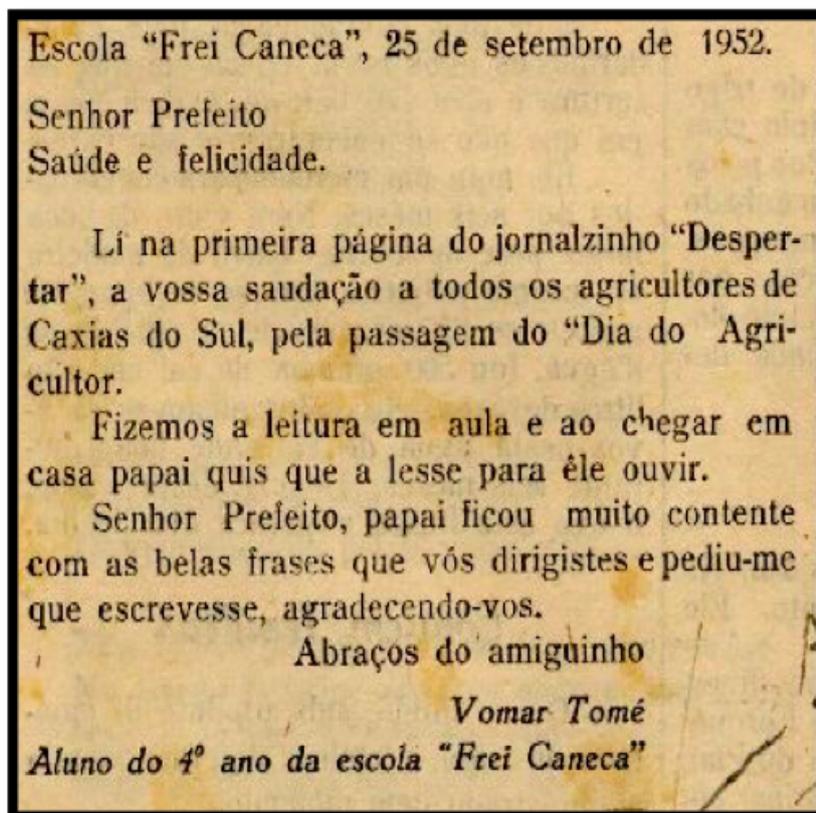
É possível crer, ainda, que a atuação do professor nesse processo era a de colaborador para a leitura e a interpretação do que era divulgado. Além disso, há indicativos de influência nas mensagens que refletiam certa cortesia e gratidão da comunidade para com a administração pública, evidenciando que a presença docente, em ambos os grupos, ajustava arestas e possibilitava uma convivência respeitosa:

Figura 4 – Coluna Colaboração e Bôa Vontade (1954)



Fonte: Jornal Despertar (1954b).

Figura 5 – Coluna Colaboração e Bôa Vontade (1952)



Fonte: Jornal Despertar (1952b).

Nesse sentido, o professor foi um elo entre dois grupos, possibilitando a compreensão das realidades diferentes, vividas por esses grupos, e adequando-se entre expectativas e práticas. O *Despertar* transportou, pelo tempo, notícias e informações que ajudam a evidenciar essa relação, juntamente com as expectativas da administração, em relação à atuação dos docentes da rede pública de ensino. Considera-se, ainda, que o periódico tenha servido como uma ferramenta na difusão de orientações relacionadas à formação e à qualificação dos professores para a área rural. Desse modo, as considerações de Bastos (2002) sobre esse tipo de imprensa corroboram estas reflexões, quando destacam que a imprensa periódica educacional foi um importante mecanismo de orientação, tanto intelectual quanto moral, para a formação dos professores:

Um dos dispositivos privilegiados para forjar o sujeito/cidadão é a imprensa, portadora e produtora de significações. A partir da necessidade de informar sobre fatos, opiniões e acontecimentos, a imprensa procura engendrar uma mentalidade – uma certa maneira de ver – no seu destinatário, construindo um público-leitor (BASTOS, 2002, p. 52).

A análise do periódico permite reflexões sobre a função desses documentos na constituição do desempenho docente para a área rural. Possivelmente, não lhes faltavam os conhecimentos práticos da vida rural, porém era-lhes exigido atuar como "técnicos", ao contribuírem com a disseminação de orientações que buscavam uma evolução das práticas

promovidas naquele contexto. Pode-se supor que o periódico os tenha ajudado a organizar os temas a serem tratados, em uma linguagem fácil, tecnicamente, melhor formulada, servindo-lhes como apoio. Além disso, o *Despertar* indicava-lhes uma abordagem sobre assuntos que, na época, eram mais recorrentes na área urbana, sendo desejável, porém sua inserção nas áreas rurais, como por exemplo, as recomendações de higiene e saúde.

Para Biccás (2002), os impressos atuaram como instrumentos para a formação dos professores. Foram aparatos que apoiaram a circulação de teorias, métodos e sugestões aos docentes, contribuindo para a apreensão de práticas escolares.

Por meio das colunas do *Despertar*, percebem-se vestígios do modo como o órgão público municipal se posicionava em relação à formação de seus profissionais. As exigências e orientações dirigidas ao corpo docente visavam adequar o ensino à necessidade das pessoas que viviam na zona rural, considerando as orientações preconizadas pelas leis nacionais. Além disso, as representações possibilitaram refletir sobre a escassez de escolas para formação de professoras para o ensino rural, especificamente, ainda que sinalizassem, aos professores, a necessidade de desenvolver conhecimentos para a atuação nessa região. Ficou evidenciado, ainda, a pouca preparação do quadro docente ante as exigências municipais, com elevados índices de reprovação nos concursos.

O periódico surge como um instrumento de propagação de saberes que envolviam uma atuação mais prática e facilitadora para a vida rural, direcionando, não somente as práticas docentes, mas as práticas das pessoas que viviam na área rural e circundavam o espaço escolar. Muitas orientações ali publicadas recuperam, culturalmente, em formato de textos de jornal, singularidades do ensino rural nessa região, pela linguagem própria da ascendência italiana, pelos modos de se apropriarem e de se adaptarem às normas e orientações que deveriam conduzir a transformação do rural para a modernidade.

Considerações finais

Entre as considerações acerca do periódico *Despertar*, destacam-se: a de que cooperou para o fortalecimento da identidade dos habitantes da área rural, enquanto divulgava um conteúdo alinhado às necessidades dessas pessoas; e a de que suas matérias evidenciam a influência – tanto do ruralismo pedagógico quanto do nacionalismo – sobre a educação promovida na área rural. É possível compreender, ainda, que o periódico constituiu uma espécie de guia, com orientações para diferentes práticas voltadas às comunidades da área rural; e que foi um suporte pedagógico para os professores, colaborando para que a atuação do professor, junto a essas comunidades, estivesse adequada às particularidades do cotidiano da vida das pessoas da área rural, alinhando-se aos anseios da administração pública quanto à educação, nesse contexto.

A análise do *Despertar* possibilitou perceber que, apesar de haver uma exigência do órgão de ensino público municipal para que o professor buscasse qualificação, um número pequeno de professoras buscavam a formação específica para a escola rural, uma vez que

tal feito era noticiado no periódico. Esse fato pode ser justificado pela falta de oportunidade, no município, para uma formação mais específica e, em especial, porque o curso destinado a essa formação, em Caxias do Sul, estava vinculado à Congregação de São José - Josefinos de Murialdo que, pelo formato de seminário de padres, o público atendido era, exclusivamente, masculino.

Há referência, no periódico, do oferecimento de cursos de formação de docentes, mais curtos e de férias. Essa indicação aparece no *Despertar* e é confirmada pelo Relatório da Administração Municipal, dos anos de 1952 a 1954, indicando os objetivos dos cursos de férias, ministrados gratuitamente, e que oportunizavam informações e formação continuada, desenvolvendo a metodologia das matérias do programa de ensino caxiense quanto às diretrizes pedagógicas e às noções sobre agricultura e puericultura. O próprio *Despertar* compreendia uma parte dos conteúdos elencados como temas a serem tratados pelos professores das áreas rurais, facilitando o acesso à informação.

Destacamos, também, as indicações, nas matérias publicadas, de que a escola, por meio dos professores, tinha um papel estratégico, intermediando a comunicação e articulando as relações entre esses grupos, de modo que eles recebessem as orientações e tivessem apoio na interpretação do que ali era divulgado, reproduzindo tais prescrições. Às professoras responsáveis pelo ensino nas mais distintas localidades era reservado algum espaço de divulgação de pronunciamentos, ao lado de falas das autoridades municipais e estaduais. Por meio da entrevista com a professora Ester Troian Benvenuti é possível, também, compreender o papel exercido pelas professoras nessas comunidades, transcendendo a sala de aula e envolvendo diferentes práticas junto às comunidades, como representantes do governo, como uma “extensão” do poder público.

Referências

BASTOS, Maria Helena Camara; CATANI, Denice Barbara (Orgs.). *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

BEZERRA NETO, Luiz. *Educação Rural no Brasil: do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação do campo*. Minas Gerais: Navegando Publicações, 2016.

BICCAS, Maurilane de Souza. Da revista à leitura: a formação dos professores e a conformação do campo pedagógico em Minas Gerais (1925-1940). In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JR., Décio (Orgs.). *Novos temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Uberlândia: EDUFU, 2002.

CHALOPA, Rosa Fátima Souza. A formação de professores primários rurais no estado de São Paulo (1930 – 1971). *Revista Linhas*, Florianópolis, v.18, n. 37, 2017. Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 179-209, Maio/ago. 2017. Disponível em: Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818372017179>> Acesso em: 15 de março de 2019. www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/.../1984723818372017179/pdf. Acesso em: 23 fev. 2019.

CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manoela Galhardo. Lisboa: Difusão, 1988.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, abr. 1991.

FERREIRA, Nilce Vieira Campos. Escola Normal Rural Brasileira nos anos de 1938-1963. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9, João Pessoa, 2017. *Anais [...] João Pessoal: [s. n.] 2017*. Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT02-3366--Int.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

LEX, Ary. *Biologia educacional: para uso das escolas normais, institutos de educação e faculdades de filosofia*. 14. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

LUCHESI, Terciane Ângela; GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi. Memórias de docentes leigas que atuaram no ensino rural da Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul (1930-1950). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 341-358, abr./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n2/1517-9702-ep-41-2-0341.pdf>> Acesso em: 27 jun. 2019.

MENNUCCI, Sud. *A crise brasileira de educação*. 2. ed. São Paulo: Editora Piratininga, 1934.

PIONEIRO. *Foto dos alunos, professores e funcionários da Escola São José dos padres Josefinos de Murialdo*. 19 de novembro de 2018, não paginado. Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2018/11/memoria-colegio-murialdo-e-o-curso-normal-rural-em-1968-10645059.html> Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Escola Normal Rural no Rio Grande do Sul: história institucional. *Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 5, n. 14, p. 35-50, jan./abr. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/7070/6950>><<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/7070/6950>>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

Fontes Documentais

BENVENUTTI, Esther Troian. *Entrevista* concedida a Juventino Dal Bó e Liliana Alberto Henrichs. Caxias do Sul, 1983, fg 004-005. Entrevista.

BRASÍLIA, Câmara dos deputados. *Decreto-lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946a*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 3 mar. 2019.

CAXIAS DO SUL. *Relatório de Atividades* da Diretoria de Instrução Pública, de 1952-1954.

CAXIAS DO SUL. *Decreto Municipal nº 99, de 20 de dezembro de 1951*. Regulamentou a Diretoria de Instrução Pública Municipal de Caxias do Sul de 1951.

BRASÍLIA, Câmara dos deputados. *Decreto de Lei nº 9613, de 20 de agosto de 1946b*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html>

DESPERTAR. Caxias do Sul, novembro de 1947. Disponível em: <<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-setembro>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

DESPERTAR. Caxias do Sul, maio de 1948a. Disponível em: <<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-3>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

DESPERTAR. Caxias do Sul, novembro de 1948b. Disponível em:
<<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-3>>. Acesso em: 03
jan. 2018.

DESPERTAR. Caxias do Sul, novembro de 1949. Disponível em:
<<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-4>>. Acesso em: 03
jan. 2018. DESPERTAR. Caxias do Sul, agosto de 1950b. Disponível em:
<<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-5>>. Acesso em: 03
jan. 2018.

DESPERTAR. Caxias do Sul, setembro de 1950a. Disponível em:
<<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-5>>. Acesso em: 03
jan. 2018.

DESPERTAR. Caxias do Sul, fevereiro de 1951b. Disponível em:
<<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-6>>. Acesso em: 03
jan. 2018.

DESPERTAR. Caxias do Sul, abril de 1951a. Disponível em:
<<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-6>>. Acesso em: 03
jan. 2018.

DESPERTAR. Caxias do Sul, setembro de 1952b. Disponível em:
<<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-7>>. Acesso em: 03
jan. 2018.

DESPERTAR. Caxias do Sul, outubro de 1952a. Disponível em:
<<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-7>>. Acesso em: 03
jan. 2018.

DESPERTAR. Caxias do Sul, março de 1953b. Disponível em:
<<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-8>>. Acesso em: 03
jan. 2018.

DESPERTAR. Caxias do Sul, julho de 1953a. Disponível em:
<<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-8>>. Acesso em: 03
jan. 2018.

DESPERTAR. Caxias do Sul, julho de 1954b. Disponível em:
<<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-9>>. Acesso em: 03
jan. 2018.

DESPERTAR. Caxias do Sul, setembro de 1954a. Disponível em:
<<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/jornal-despertar-9>>. Acesso em: 03
jan. 2018.

Recebido em: 19/04/2020
Aprovado em: 28/05/2020